

## “MINHA PÁTRIA É MINHA LÍNGUA”: ARTE, POLÍTICA E IDENTIDADE NACIONAL

Ana Carolina Vilela-Ardenghi (UFMS/PG-Unicamp)

### Introdução

Em *Citação e destacabilidade* — um dos textos que compõem o livro *Cenas da enunciação* (2008) —, Maingueneau parte do que chama de uma “constatação banal”, a saber:

na sociedade, circula um grande número de enunciados [...] curtos, cujos significante e significado são considerados no interior de uma organização pregnante (pela prosódia, rimas internas, metáforas, antíteses...), o que explica que sejam facilmente memorizados. (2008, p. 75).

A esses enunciados, Maingueneau dá o nome de *fórmulas*. E é justamente para uma fórmula — nesse sentido proposto por Maingueneau — que voltaremos nosso olhar neste trabalho, a saber: o enunciado “minha pátria é minha língua”.

Antes, porém, de seguirmos adiante, vale destacar que a análise que apresentaremos é um exercício de retorno ao *corpus* de nossa dissertação de mestrado, mas, desta vez, mobilizando um conceito do qual não nos valemos àquela época. Naquela pesquisa, procuramos observar como se dava a relação entre língua e identidade nacional na Folha de S.Paulo tendo por base alguns conceitos formulados por Maingueneau no quadro de uma semântica global<sup>1</sup>. Partindo das conclusões que as análises de então nos possibilitaram, o que intentamos aqui é mostrar de que maneira a fórmula “minha pátria é minha língua” é retomada no interior dessas discussões em torno da identidade nacional no referido jornal entre 2001 e 2005 — período correspondente ao nosso recorte de *corpus* naquele momento.

Para tanto, será preciso tecer algumas breves considerações em torno dos debates presentes na Folha acerca da relação entre língua e identidade nacional. Em seguida, passaremos à análise da fórmula em questão propriamente dita. O aporte teórico será apresentado de maneira mais diluída ao longo do trabalho, isto é, faremos referências aos conceitos mobilizados sempre que necessário para nossas análises.

### 1. As condições de produção

Em 2001, inicia-se na Folha uma polêmica em torno da presença/uso de estrangeirismos na língua portuguesa, em especial os anglicismos. Supúnhamos, inicialmente, que este debate indiciava discursos de legitimação de uma identidade **linguística** brasileira. Notamos, contudo, que se tratava de um contexto mais amplo, uma vez que, ao menos para uma posição, a questão assumia ares de proteção da própria soberania nacional. Assim, nossa hipótese teve de ser reformulada: os debates ali indiciavam a legitimação da própria identidade nacional, que retomava, assim, a questão linguística.

Para “situar” este recorte, valendo-nos da tríade proposta por Maingueneau<sup>2</sup> para definir (e operacionalizar) a noção de interdiscurso, pode-se dizer que as matérias de nosso *corpus* encontram-se no interior do campo *político*, uma vez que buscam estabelecer a língua enquanto elemento definidor de nação — este, um conceito eminentemente político.

Partindo desta polêmica, levantamos um *corpus* de 40 matérias. Pudemos perceber, então, que essas matérias poderiam ser agrupadas em dois eixos temáticos: i) o primeiro deles colocava a língua brasileira em

<sup>1</sup> A proposta de uma semântica global encontra-se no livro “Gênese dos discursos” (1984/2005).

<sup>2</sup> Maingueneau (1984/2005) propõe que o conceito de interdiscurso seja pensado a partir de uma tríade, composta por *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. O universo discursivo é um “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 35). A partir desse universo é que serão constituídos domínios menores e que poderão ser estudados: os campos discursivos. Um campo discursivo, por sua vez, deve ser compreendido como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 35). No interior do campo, guiado por hipóteses fundadas num conhecimento dos textos aliado a um saber histórico, o analista é levado a isolar o que o autor chama de *espaços discursivos*: “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevantes para seu propósito colocar em relação” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 37). É importante destacar que a formação dos espaços discursivos resulta de uma intervenção direta do analista.

oposição ao inglês; ii) o segundo, por seu turno, relacionava a variedade brasileira às demais variedades da língua portuguesa no mundo, em especial a europeia.

Nos chamou a atenção o fato de que em 20% dessas matérias (oito, portanto) a fórmula “minha pátria é minha língua” aparece, sendo que em duas delas é o título. Na relação com os eixos temáticos apresentados, duas integram o eixo I e seis o eixo II.

É preciso que se diga, no que tange aos eixos, que as relações em cada um deles são absolutamente diversas: se, no primeiro, verifica-se uma controvérsia violenta, em que o debate assume ares de proteção da própria soberania nacional; no segundo, verifica-se um discurso de difusão e promoção da língua portuguesa. Essa diversidade é facilmente explicada do ponto de vista discursivo, uma vez que o Outro<sup>3</sup> que os Estados Unidos (e, em consequência, o inglês) representam não é o mesmo que aquele representado por Portugal naquele momento histórico.

Uma retomada sumária das condições de produção referentes ao período de constituição desse *corpus* nos mostra que, em 2001, início da polêmica (na Folha) que tomamos como *acontecimento*<sup>4</sup>, tem como seu “gatilho” o projeto de lei n. 1676/99 do deputado Aldo Rebelo. Este projeto dispõe, segundo atesta sua ementa, “sobre a proteção, a promoção, a defesa e o uso da língua portuguesa” e suscitou amplo debate, especialmente no interior da comunidade linguística, mas não apenas aí; também jornalistas — mas por questões diversas, como a *liberdade de expressão* — posicionaram-se contra o referido projeto.

De fato, foi a proposição de Rebelo o fator desencadeador da polêmica que tomamos como ponto de partida para constituir nosso *corpus*; entretanto, havia ainda outros acontecimentos cuja relevância devemos ressaltar aqui. O ano de 2001 (e mesmo pouco depois) vivia ainda os ecos da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil e, em razão disso, os reflexos dos muitos “balanços” sobre esses 500 anos, incluída aí a relação com a antiga metrópole: Portugal. Nesse cenário, os debates em torno de uma identidade que seja “genuinamente” nacional — ou seja, desvinculada da ideia de país colonizado, ou melhor, da dicotomia colonizado/colonizador — abarcam a questão linguística, isto é, retomam a língua como um elemento implicado na definição da nacionalidade. Acrescente-se a isso que o ano de 2003 testemunhou o crescimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que, embora tenha sido criada em 1996, tinha pouca divulgação mesmo entre os países membros. O então recém-empossado presidente Lula “encampou” a ideia da comunidade e ampliou o diálogo, o que fez com que a CPLP ganhasse destaque na mídia nesta época.

É este, então, o contexto no qual estão inseridos os debates em torno da legitimação de uma identidade nacional e no interior do qual a já citada fórmula é retomada. Há que se descrever, então, o funcionamento de tal fórmula nos eixos apresentados. Antes, porém, é preciso passar pela discussão referente à legitimação da identidade nacional nos eixos temáticos a que nos referimos acima.

## 2. Os debates em torno da identidade nacional na Folha

De acordo com Maingueneau (2008, p. 75), as fórmulas podem ter uma maior circulação (conhecidas por locutores de vários setores do espaço social) ou ser de circulação mais restrita (no interior de uma seita ou de uma disciplina acadêmica, por exemplo). Os enunciados que funcionam como fórmulas foram *destacados* de um texto, como aponta Maingueneau; entretanto, só o foram porque, no texto original, se apresentavam como *destacáveis*, isto é, apresentam características que o dotassem dessa propriedade (como dito anteriormente, a prosódia, as rimas, as metáforas etc.).

Quanto ao seu funcionamento, o autor destaca dois tipos. O primeiro deles refere-se aos casos em que temos enunciados autônomos e que são, segundo Maingueneau (2008, p. 75), interpretados “segundo seu sentido imediato numa interação entre interlocutores que não são especialistas no tipo de discurso de que provém essa fórmula”. Este funcionamento é mais amplo e difere do segundo tipo de funcionamento que, por sua vez, diz respeito ao uso de fórmulas que marcam um determinado posicionamento (em oposição a outros).

<sup>3</sup> Maingueneau (1984/2005, p. 38) grafia com maiúscula esse “Outro” sem entendê-lo, porém, como equivalente ao da teoria laciana: “Entende-se que esse ‘Outro’, com maiúscula, não coincide com seu homônimo laciano. Empregamos esse termo porque não encontramos outro melhor. Podemos consolar-nos lembrando que nas ciências humanas não é um homônimo que vai fazer a grande diferença”. Trata-se, para o autor, de um outro posicionamento no interior de um campo discursivo.

<sup>4</sup> Pêcheux (1983/2002).

Com isso é possível concluir, juntamente com o autor, que, por serem facilmente memorizáveis e, em decorrência disso, bastante repetidas, as fórmulas destacáveis sustentam, de certa forma, as ideologias (LINGUASAGEM, 2009). A “constatação banal” de que parte Maingueneau tem, portanto, implicações relevantes para o campo de estudos do discurso.

Para que se possa descrever, assim, o funcionamento da fórmula que aqui apresentamos, será necessário explicitar, ainda que de maneira sumária, a estruturação dos eixos de que falamos acima, evidenciando a semântica de cada posicionamento no interior mesmo de cada um desses eixos.

## 2.1 O primeiro eixo temático

Começamos pelo primeiro eixo, aquele que opõe português e inglês. Neste eixo, como dissemos, a relação é de confronto direto. O eixo I é, assim, marcado por três posicionamentos, que assim denominamos: a) posição antiestrangeirismo; b) posição da linguística; c) posição Folha. As análises realizadas nos mostraram que esses posicionamentos apresentam a seguinte semântica:

Posição antiestrangeirismo	Posição Folha	Posição da linguística
/proteção/	/proteção/	/abertura/ <sup>5</sup>
/preservação/	/preservação/	/enriquecimento/
/homogeneidade/	/homogeneidade/	/heterogeneidade/
/controle/	/liberdade/	/liberdade/

Estes são os semas valorizados por cada um desses discursos. É a partir da articulação desses semas que os discursos produzidos do interior de cada posicionamento se estruturam.

O discurso produzido a partir da articulação dos semas da posição antiestrangeirismo, por exemplo, defende a proteção da língua nacional frente à invasão de palavras estrangeiras, cujo uso excessivo afeta a soberania do Estado, uma vez que o coloca na posição de cultura dominada diante do dominante inglês. Dessa forma, faz-se necessário o estabelecimento de um mecanismo de controle, que sirva para garantir a homogeneidade da língua — que, em última instância, é o que permitirá que a língua portuguesa permaneça como tal, e não como outra língua — a fim de garantir sua preservação.

Já o discurso produzido a partir da posição da linguística — que se encontra em oposição sema a sema em relação ao posicionamento anterior —, reconhecendo a heterogeneidade da língua, defende a abertura para outras influências, entendendo que desse processo só poderá advir enriquecimento linguístico. Opõe-se à idéia de controle, uma vez que entende que os próprios falantes sabem, e sempre souberam, reger a dinâmica do empréstimo, mantendo na língua apenas o que, historicamente, se mostra necessário e produtivo.

A posição Folha, por seu turno, alinha-se em parte com a posição antiestrangeirismo, isto é, reconhece a necessidade de se promover uma defesa da língua portuguesa, mas, por outro lado, não pode alinhar-se com a ideia de controle, pois isso afetaria o que defende como sendo *liberdade de imprensa*. Assim, é preciso dizer que, embora compartilhem um mesmo sema, a ideia de liberdade para a posição da linguística e a posição Folha significam de maneira diferente.

Maingueneau observa, porém, que os semas positivos não podem ser pensados de forma dissociada dos seus correspondentes negativos. Assim, temos:

<sup>5</sup> Não encontramos, para a elaboração deste quadro, um termo “melhor” que /abertura/. Entretanto, é preciso dizer que, para o posicionamento em pauta, não se trata propriamente de uma abertura, mas de uma postura que não é como sendo nocivas as possíveis influências de outras línguas. Este sema será melhor compreendido na relação com o seu negativo, que será visto mais abaixo.

Posição antiestrangeirismo		Posição da linguística	
<i>Semas positivos</i>	<i>Semas negativos</i>	<i>Semas positivos</i>	<i>Semas negativos</i>
/proteção/	/descaso/	/abertura/	/fechamento/
/preservação/	/abuso/ /uso inadequado/	/enriquecimento/	/estagnação/
/controle/	/descontrole/ /permissividade/	/liberdade/	/restrição/ /censura/
/homogeneidade/	/descaracterização/	/heterogeneidade/	/purismo/

Pela proposta de Maingueneau (1984/2005), a relação de um discurso com seu outro é constitutiva desse próprio discurso — isto é, um discurso não surge primeiro para, somente depois, ser colocado em relação com outros; mas, antes, nasce já nessa relação. Esse caráter constitutivo da relação que um discurso mantém com seu interdiscurso desemboca no conceito de interincompreensão cunhado pelo autor: um desentendimento recíproco, constitutivo da relação de um discurso com seu Outro. A polêmica deve, segundo a proposta de Maingueneau, ser entendida como interincompreensão, um processo de tradução dos enunciados do Outro em categorias do registro negativo do discurso em questão. Dessa forma, pode-se dizer que o Outro somente integra o fechamento de um discurso enquanto simulacro, já que seus enunciados passam por um “tradutor” e são lidos a partir do registro negativo daquele discurso.

Essa relação de tradução não deve ser compreendida como rara ou acidental, mas como constitutiva da rede semântica dos discursos e a interincompreensão, constitutiva do processo de tradução, como a “manifestação de uma impossibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 22). Assim, “não existem, de um lado, o sentido e, de outro, certos ‘mal-entendidos’ contingentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 22). A relação polêmica envolve, dessa forma, duas faces: “cada pólo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 67).

Assim, do quadro acima, gostaríamos de registrar aqui apenas uma das traduções operadas pelo discurso produzido a partir da posição antiestrangeirismo em relação ao da posição da linguística. Quando temos a posição antiestrangeirismo na posição de discurso-agente<sup>6</sup>, o sema /abertura/ (positivo para a posição da linguística) é compreendido como /descaso/ em relação à língua portuguesa. E mais, se, como vimos, para a posição antiestrangeirismo, a língua é um elemento garantidor da soberania nacional e fator de identificação nacional, ao operar essa tradução, acusa-se o discurso da linguística de antinacionalista.

## 2.2 O segundo eixo temático

Passemos agora ao segundo eixo, que relaciona o PB às demais variedades da língua portuguesa, em especial o PE. Como dissemos, é neste eixo onde mais se concentram os usos da fórmula em questão.

Diferentemente do eixo I, quando se trata de considerar a relação entre PB e PE, a polêmica — constitutiva da relação interdiscursiva — em torno da identidade nacional se dá sob a forma de uma aparente aliança entre diversos posicionamentos do campo. Assim, no caso do *corpus* referente ao eixo 2, foi possível perceber em nossas análises que essa aparente aliança tem como efeito o apagamento de outros posicionamentos necessariamente implicados na polêmica, do que decorre a aparência de ausência de polêmica discursiva. Esse apagamento, por sua vez, tem, minimamente, dois efeitos: a) o de convergência de diferentes posicionamentos para um único posicionamento (de neutralidade, no sentido de ser “unanimente aceito”), que analisamos como sendo “a posição Folha”; b) a construção de um lugar de legitimidade para o português brasileiro, elevado ao *status* de língua transcontinental.

A partir da posição Folha, a língua aparece frequentemente descrita como *una*, como uma *pátria que transcende fronteiras* e, nesse sentido, como um elemento de coesão. No caso da língua portuguesa, especificamente, ela é apontada não apenas como um fator de coesão nacional, mas também transcontinental, isto é, como um elemento a unificar todos os países que a têm como língua oficial. Entretanto, nos debates em torno da identidade nacional, nota-se que não se trata simplesmente de unificar as nações em torno da

<sup>6</sup> Maingueneau (1984/2005) chama de discurso-agente aquele que está na posição de tradutor em relação ao seu Outro.

língua, mas de legitimar uma posição de liderança do Brasil diante dos demais países de língua portuguesa, e, em conseqüência, o PB como língua internacional neste cenário.

Tomando por base todas as análises feitas em nossa pesquisa, formulamos nossa hipótese com relação à semântica discursiva da posição Folha, neste segundo eixo temático. O que nos parece é que o filtro semântico desse discurso apóia-se, fundamentalmente, sobre os seguintes semas:

<b>POSIÇÃO FOLHA</b>	
<i>Semas positivos</i>	<i>Semas negativos</i>
/promoção/	/desprestígio/
/divulgação/	/fechamento/
/unidade/	/dispersão/
/liderança/	/submissão/

Isto porque a posição Folha, neste eixo II, insere-se numa política de promoção e divulgação da língua portuguesa ao redor do mundo, procurando exaltar a sua unidade, mas sem se esquecer de que há um líder para este bloco: o Brasil. As matérias analisadas sustentam nossa hipótese, visto que, mesmo quando procuram enfatizar a língua portuguesa como uma pátria sem fronteiras, como um elemento de identidade nacional (e transcontinental), assumem que há um país — o Brasil — cuja liderança na CPLP o torna capaz de tocar adiante a política de promoção e divulgação da (una) língua portuguesa.

A ideia de promoção e divulgação da língua portuguesa deve ser compreendida como uma política de valorização dessa língua, especialmente da variedade brasileira, de modo a não permitir seu desprestígio frente, por exemplo, ao português europeu, tido, no passado, como “melhor”. A divulgação do português do Brasil pelo mundo opõe-se a uma política de fechamento (em que o português seria usado somente em solo nacional, por exemplo), ao mesmo tempo em que possibilita uma expansão das fronteiras do território da língua portuguesa — considerando o caso do Timor Leste, que quis assumir o português como língua nacional, e ter o Brasil como “país amigo”. Essa expansão da língua portuguesa garantiria, em certa medida, uma unidade lingüística, sobre a qual se sedimentaria a força política do bloco dos países da CPLP.

Fica evidente, portanto, que, frente ao português — especialmente o de Portugal —, a relação é diversa da apresentada quando português e inglês se “enfrentam”, tendo em vista essa posição de liderança que é atribuída ao Brasil, e, conseqüentemente, ao português brasileiro, no cenário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Daí a relação polêmica não ser de confronto aberto, mas de aliança aparente.

### 3. A fórmula nos debates

Após uma rápida passagem sobre a estruturação dos debates no interior de cada um dos eixos, voltemos ao ponto de partida deste trabalho: o enunciado “minha pátria é minha língua”. Em primeiro lugar, vejamos algumas de suas características.

“Minha pátria é minha língua” é destacada da letra da música Língua, de Caetano Veloso. Trata-se do 13º verso da primeira estrofe (composta por 14 no total) e vem entre aspas, numa clara referência à original de Fernando Pessoa: “minha pátria é a língua portuguesa”.

O enunciado de Caetano Veloso apresenta uma simetria que o predispõe mais à destacabilidade: temos dois sintagmas nominais (*minha pátria; minha língua*), ambos iniciados pelo mesmo pronome (*minha*), postos em relação de equivalência. Some-se a isso o fato de que a fórmula de Veloso é mais generalizante, além de ser altamente metafórica.

Maingueneau afirma, como vimos, a respeito do funcionamento das fórmulas, que elas podem ser utilizadas de maneira mais ampla (por enunciadores de diversos setores do espaço social) ou mais restrita (para marcar um posicionamento em oposição a outros). Olhando para os debates em torno de uma identidade nacional presentes na Folha nos anos de 2001 a 2005, diríamos que, em especial no eixo I, onde se encontram três posicionamentos diversos, temos um caso de circulação mais restrita. Isso porque a fórmula, de maneira nada surpreendente após a descrição da semântica de cada posicionamento, é utilizada

ou pelo que denominamos posição antiestrangeirismo ou pela posição Folha. De fato, se, para aquela posição, a língua é um elemento garantidor da própria soberania nacional e fator de identificação nacional, tanto que, como vimos, ao traduzir o sema /abertura/ (positivo para a posição da linguística) para /descaso/ em relação à língua portuguesa — o sema negativo correspondente do seu sistema de restrições — acusa-se o discurso da linguística de antinacionalista. Nesse sentido, uma fórmula como “minha pátria é minha língua” realmente põe a língua como uma espécie de fronteira do espaço nacional.

Com relação ao segundo eixo temático, é preciso destacar ainda que, na grande maioria das vezes, é o enunciado destacado de Caetano que circula — e não o de Pessoa. Este fato é bastante relevante neste eixo, uma vez que a relação é precisamente entre PB e PE, ou seja, ao fazer uso do enunciado destacado da música de Caetano Veloso, privilegia-se o *autor* “genuinamente” nacional em detrimento do lusitano, o que está em perfeito acordo com a semântica discursiva da posição Folha neste eixo, que pretende dar ao Brasil o posto de liderança da “pátria da língua portuguesa”. É interessante notar também aqui uma mudança significativa: a “língua de Camões” passa a ser agora o “idioma do professor Pasquale”<sup>7</sup>.

Além disso, é preciso notar que, neste segundo eixo, há três referências ao enunciado em Pessoa — das quais duas delas são feitas por escritores de países africanos — isto é: “minha pátria é a língua portuguesa”. No entanto, é preciso dizer que, com base nas análises das matérias que discutiam a reforma ortográfica, essa “língua portuguesa” é, digamos, menos lusitana, pois as matérias anunciam que, com a reforma, é o PB que se tornaria internacional.

## Conclusão

Ao longo deste artigo, procuramos mostrar como o enunciado “minha pátria é minha língua” funciona no interior dos debates em torno da legitimação de uma identidade nacional, ou seja, como ele, destacado da música de Veloso, é retomado no interior de um outro campo, a saber: o político.

Por fim, gostaríamos de tecer algumas rápidas considerações a título de conclusão apenas.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que os dois eixos temáticos encontram-se profundamente imbricados, embora os tenhamos — para fins didáticos — apresentado cada um deles separadamente. Isso porque a própria política de promoção e divulgação defendida para a língua portuguesa (brasileira) é uma forma de se fazer frente, para nos valermos das palavras de algumas matérias, à “avalanche cultural e linguística”<sup>8</sup> dos EUA. Assim, se considerarmos que os enunciados destacáveis podem se constituir numa forma de sustentar as ideologias, podemos compreender que, nos debates em torno da identidade nacional, a fórmula aqui apresentada é uma forma de se marcar um posicionamento, até certo ponto paradoxal, que é, a um só tempo, protecionista e expansionista.

## Referências

- BRASIL. Projeto de Lei n. 1676, de 15 de setembro de 1999. Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.
- ENTREVISTA com D. Maingueneau. *Linguagem*, São Carlos, n. 10, set./out. 2009. Disponível em: <[http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao10/entrevista\\_maingueneau.php](http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao10/entrevista_maingueneau.php)>. Acesso em: 2 nov. 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. *A gênese dos discursos* (1984). Curitiba, PR: Criar, 2005.
- \_\_\_\_\_. Citação e destacabilidade. In: \_\_\_\_\_. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983). Campinas, SP: Pontes, 2002.

<sup>7</sup> Conforme destacado em 02/04/2001 na Folhateen: “Como registraram há um tempo minhas simpáticas vizinhas da esquerda, as meninas do ‘02 Neurônio’, um monte de gente acha que o **idioma do professor Pasquale** fica mais ‘cool’ se estiver cheio de palavras em inglês no meio.” (*Mistura de inglês e português faz dialeto zulu da informática; site põe o Caetano no chinelo*, grifo nosso)

<sup>8</sup> Como no artigo de Niskier, *Identidade cultural: língua e soberania*, publicado em *Tendências e debates* em 16/08/2004.